



## DELIBERAÇÃO CSDP 011, DE 07 DE MARÇO DE 2014

Alterada, em partes, pela Deliberação CSDP 015, de 18 de maio de 2021, e Deliberação CSDP 017, de 25 de julho de 2024.

Regulamenta a realização de atividades docentes e / ou discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, considerando o disposto no artigo 27, I e no artigo 33, IX da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011,

### DELIBERA

~~Art. 1º - Os Defensores Públicos que ministrem ou assistam aulas em estabelecimento público ou privado de ensino, em dias úteis, deverão apresentar à Corregedoria o respectivo Plano de Aulas no que diz respeito às atividades realizadas nos períodos matutino ou vespertino, conforme o modelo anexo.~~

~~Parágrafo único - Ficam dispensados da apresentação do Plano de Aulas os Defensores Públicos cuja atividade letiva mensal não ultrapasse dez horas/aula, assim como os afastados.~~

**Art. 1º** - A presente deliberação disciplina a docência e a discência no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná ([Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021](#))

~~Art. 2º - O Plano de aulas deverá ser apresentado à Corregedoria Geral até 15 (quinze) dias antes do início das atividades letivas.~~

~~Parágrafo único - Na hipótese de ocorrer alteração do horário de aulas durante o desenvolvimento da atividade, deverá o Defensor Público comunicar o fato imediatamente à Corregedoria Geral.~~

~~Art. 2º - Aos membros e servidores o exercício de magistério é limitado a 20 (vinte) horas aulas semanais, não contabilizadas aquelas proferidas em período noturno e em dia não útil. ([Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021](#))~~

**Art. 2º** - Será permitido o exercício da docência ao membro, em qualquer hipótese, se houver compatibilidade de horário com o do exercício das funções, e desde que o faça em sua regional, bem como na modalidade online. ([Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024](#))

**Parágrafo único.** Fora das hipóteses previstas no caput deste artigo, a Defensoria



Pública-Geral, ouvida a Corregedoria-Geral, poderá autorizar o exercício da docência por membro da Defensoria Pública, quando se tratar de instituição de ensino sediada em regional próxima e em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024\)](#)

**Art. 2º-A.** O exercício da atividade docente e/ou discente é vedado para as pessoas licenciadas para tratamento de saúde, enquanto durar o afastamento, autorizada a atividade discente online. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024\)](#)

**Parágrafo único.** A vedação do caput não se aplica caso constatada, previamente, pela perícia médica oficial, a compatibilidade da atividade docente e/ou discente com as condições de saúde da pessoa a ser licenciada. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024\)](#)

~~**Art. 3º** - O Plano de Aulas será avaliado pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná tendo em vista os fundamentos de atuação, os princípios e as atribuições institucionais da Defensoria Pública e a compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo do requerente.~~

~~§ 1º - A Corregedoria-Geral deverá proferir decisão no prazo de cinco dias contados de recebimento do Plano de Aulas, informando o requerente.~~

~~§ 2º - Autorizada a frequência, a Corregedoria-Geral da Defensoria deverá informar a Escola da Defensoria Pública.~~

~~§ 3º - Indeferida a frequência, caberá ao requerente, no prazo de cinco dias, recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, que decidirá em caráter terminativo.~~

~~§ 4º - Ficam previamente deferidos os Planos de Aulas cuja carga letiva semanal não ultrapasse 10 (dez) horas/aula.~~

**Art. 3º:** Será permitido o exercício da docência aos servidores, em qualquer hipótese, se houver compatibilidade de horário com o exercício das funções e cumprida a carga horária semanal do cargo, e desde que o faça em sua regional, bem como na modalidade online. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024\)](#)

**Parágrafo único.** Fora das hipóteses previstas no caput deste artigo, a Corregedoria-Geral, ouvida a supervisão imediata poderá autorizar o exercício da docência por servidor da Defensoria Pública, quando se tratar de instituição de ensino sediada em regional próxima, e em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024\)](#)

~~**Art. 3º** - Os membros que ministrem ou assistam aulas em estabelecimento público ou privado de ensino, em dias úteis, deverão apresentar à Corregedoria o respectivo~~



~~Plano de Aulas no que diz respeito às atividades realizadas nos períodos matutino ou vespertino, conforme o modelo anexo. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)~~

**Art. 4º** - Os membros que ministrem ou assistam aulas em estabelecimento público ou privado de ensino deverão apresentar à Corregedoria o respectivo Plano de Aulas, incluindo todos os turnos e dias úteis ou não, conforme o modelo anexo. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024)

**§1º.** O Plano de aulas deverá ser apresentado à Corregedoria-Geral até 15 dias antes do início das atividades letivas, salvo justificativa de impossibilidade pelo interessado. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§2º.** O Plano de Aulas será avaliado pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, devendo ser observada a compatibilidade com o atendimento da Defensoria Pública da respectiva coordenação a que o membro esteja designado. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§3º.** A Corregedoria-Geral deverá proferir decisão no prazo de cinco dias contados do recebimento do Plano de Aulas, informando o defensor público, sendo presumido a concordância da Defensoria com o plano Corregedoria até referida decisão. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§4º.** Constatada incompatibilidade, a Corregedoria-Geral notificará o membro para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§5º.** Fica excetuada as exigências e dos procedimentos contidos nos §§ 2º e 3º em caso de requerimento de discente para cursar atividade de ensino que, concomitantemente: (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

I - não ultrapasse quatro horas semanais; (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

II - integra programa de pós-graduação stricto sensu na área jurídica, de sociais aplicadas, de ciências humanas ou que guarde correspondência com a qualificação técnica exigida para um dos cargos do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado; (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

III - tenha anuência da respectiva coordenação. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§6º.** Indeferida a frequência, caberá ao defensor público e/ou ao servidor, no prazo de cinco dias, apresentar recurso, sem efeito suspensivo, ao Conselho Superior da Defensoria Pública. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)



maio de 2021)

**§7º.** Dada a autorização pela Corregedoria-Geral ou em grau de recurso pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, esta será válida, ainda que haja alteração de setor quando por imposição ao membro. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

~~**Art. 4º** – Os Defensores Públicos afastados da carreira, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens funcionais, deverão, igualmente, apresentar o Plano de Aulas de que trata a presente resolução:~~

~~**Art. 4º** – Os servidores que ministrem ou assistam aulas em estabelecimento público ou privado de ensino, em dias úteis, deverão apresentar à Corregedoria o respectivo Plano de Aulas no que diz respeito às atividades realizadas nos períodos matutino ou vespertino, conforme o modelo anexo. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)~~

**Art. 5º** - Os servidores que ministrem ou assistam aulas em estabelecimento público ou privado de ensino deverão apresentar à Corregedoria o respectivo Plano de Aulas, incluindo todos os turnos e dias úteis ou não, conforme o modelo anexo. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024)

**§1º.** O Plano de aulas deverá ser apresentado à Corregedoria-Geral até 15 dias antes do início das atividades letivas, salvo justificativa de impossibilidade pelo interessado. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§2º.** O exercício da docência e discência pelos servidores da Defensoria Pública exige a compensação de horário, de acordo com a instrução normativa expedida pela Defensoria Pública-Geral. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§3º.** A Corregedoria-Geral deverá proferir decisão no prazo de cinco dias contados do recebimento do Plano de Aulas, informando o defensor público e/ou o servidor. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**§4º.** Indeferida a frequência, caberá ao defensor público e/ou ao servidor, no prazo de cinco dias, recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

~~**Art. 5º** – O Defensor Público que não se adequar à decisão relativa à frequência pretendida ficará sujeito a sanção disciplinar.~~

**Art. 6º** - Na hipótese de ocorrer alteração do horário de aulas durante o desenvolvimento da atividade, deverá o membro e/ou o servidor comunicar o fato imediatamente à Corregedoria-Geral. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)



**Art. 7º** - Autorizada a frequência, a Corregedoria-Geral da Defensoria deverá informar a Escola da Defensoria Pública. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021\)](#)

**§1º.** Sempre que a autorização para ministrar ou frequentar aulas importe em algum prejuízo para o desempenho das funções, ficará o membro à disposição da EDEPAR para, no período de até 05 anos, disseminar o conteúdo das aulas por ele ministradas ou frequentadas em atividade formativa, interna ou externa, com carga horária correspondente à que fora autorizado cursar durante o período em que houver aplicação do art. 3º, §5º, dessa deliberação. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021\)](#)

**§2º.** Compete à EDEPAR providenciar o consequente termo de compromisso do membro para disponibilizar a disseminação do conteúdo, no modo referido no parágrafo antecedente, constituindo hipótese de revogação da autorização para cursar a disciplina ou ministrar aula caso deixe de firmar o respectivo compromisso no prazo de cinco dias contados da solicitação pela Escola. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021\)](#)

**Art. 8º** - Os membros e/ou os servidores afastados da carreira, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens funcionais, deverão, igualmente, apresentar o Plano de Aulas de que trata a presente deliberação, para fins de assentamento funcional. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021\)](#)

~~**Art. 8º** - A coordenação de curso de ensino ou de curso é considerada como magistério, desde que tenha como características as de natureza formadora e transformadora, como o acompanhamento e a promoção do projeto pedagógico da instituição de ensino, a formação e orientação de professores, a articulação entre corpo docente e discente para a formação do ambiente acadêmico participativo, a iniciação científica, a orientação de acadêmicos, a promoção e a orientação da pesquisa e outras ações relacionadas diretamente com o processo de ensino e aprendizagem. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021\)](#)~~

**Art. 9º** - A coordenação de ensino ou de curso é considerada como magistério e poderá ser exercida se houver compatibilidade de horário com as funções. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024\)](#)

**§ 1º** Consideram-se atividades de coordenação de ensino ou de curso, para os efeitos do parágrafo anterior, as de natureza formadora e transformadora, como o acompanhamento e a promoção do projeto pedagógico da instituição de ensino, a formação e orientação de professores, a articulação entre corpo docente e discente para a formação do ambiente acadêmico participativo, a iniciação científica, a orientação de acadêmicos, a promoção e a orientação da pesquisa e outras ações relacionadas diretamente com o processo de ensino e aprendizagem. [\(Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024\)](#)



**§ 2º.** Não estão compreendidas nas atividades previstas no parágrafo anterior as de natureza administrativo-institucional e outras atribuições relacionadas à gestão da instituição de ensino. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 017 de 25 de julho de 2024)

**Art. 10º** - A Corregedoria Geral da Defensoria Pública, munida dos nomes dos defensores públicos e dos servidores que exercem o magistério, deverá comunicar ao Defensor Público- Geral no mês de março de cada ano, a relação nominal de defensores públicos e servidores que exercem a docência, com a indicação da instituição de ensino, das disciplinas e dos horários das aulas que serão ministradas e as respectivas cargas horárias. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**Art. 11.** Verificada a presença de prejuízo para a prestação dos serviços defensoriais em razão do exercício de atividades docentes, a Corregedoria Geral determinará ao defensor público e/ou o servidor que adote de imediato as medidas necessárias para regularizar a situação, procedendo à devida comunicação em 5 (cinco) dias úteis. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**Art. 12.** A não apresentação dos planos de aula nas hipóteses dos artigos 3º e 4º poderá implicar infração disciplinar. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**Art. 13.** A presente deliberação aplica-se, inclusive, às atividades de docência desempenhadas por Defensores Públicos e/ou servidores em cursos preparatórios para ingresso em carreiras públicas ou congêneres e cursos de pós-graduação. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**Art. 14.** Os casos omissos serão resolvidos pela Corregedoria-Geral. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

**Art. 15.** Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP 015 de 18 de maio de 2021)

Curitiba, 07 de março de 2014.



**DPE** **PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

**Conselho Superior**

---

\_\_\_\_\_  
Josiane Fruet Bettini  
Lupion

\_\_\_\_\_  
André Ribeiro Giamberardino

\_\_\_\_\_  
Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza

\_\_\_\_\_  
Dezidério Machado Lima

\_\_\_\_\_  
Erick Le Ferreira

\_\_\_\_\_  
Antonio Vitor Barbosa de AlmeidaNicholas Moura e Silva

\_\_\_\_\_  
Alexandre Gonçalves Kassama





## ANEXO I

### PLANO DE AULAS

1 – Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_

Unidade: \_\_\_\_\_ Regional: \_\_\_\_\_

Área de Atuação: \_\_\_\_\_

2 – Dados Letivos

Nome do estabelecimento de ensino: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Atividade (....) Docente / ( ) Discente

3 -Natureza

do Curso ( )

Graduação

( ) Extensão

( ) Especialização

( ) Mestrado

( ) Doutorado

4 -Duração do curso

De \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Carga horária total: \_\_\_\_\_ horas

Dias e horário das aulas:



